

A Educação de Base ou Fundamental no Brasil:

Educação e Trabalho – A Operação - Município e a Educação Rural

VICENTE FERRER CORREIA LIMA
(Continuação)

I — EDUCAÇÃO E TRABALHO

A análise objetiva da existência do Brasil e o confronto das épocas mais afastadas com a atual, mostra um curioso contraste entre os costumes, as mentalidades, as tendências e as aspirações dos dois cenários.

A ação renovadora do progresso foi destruindo a tradição, ao ponto de se poderem separar, nitidamente, as duas etapas da vida brasileira. Na primeira, está o mundo conservador que aceita as modificações exteriores, quando não lhe é possível destruí-las, sem conhecê-las na origem, na finalidade e nas conseqüências; enquanto na segunda, se encontra a ala moça que nada aceita sem raciocinar, sem investigar, antes de criar.

Aquela era está nos últimos estertores, não encontra mais ambiente e seus resquícios são mantidos, com esforços formidáveis, pelos que descreem da reforma social em marcha que representa o dinamismo do mundo atual, ávido de progresso.

Enquanto a mentalidade dos que se apegam à tradição permanece estática, esperando pela perpetuação de fatos e atitudes obsoletos, a corrente moderna surge, combativa, dinâmica, decidida a mostrar ao homem que de sua educação e de seu trabalho depende o fortalecimento da Pátria.

Dessa premissa, chega-se à verdade de que a evolução de um país e principalmente do Brasil se submete a dois fatores essenciais:

- a) a educação; e,
- b) o trabalho,

binômio que, adotado e resolvido, possibilitará a coordenação de esforços comuns com o conseqüente extermínio do individualismo, uma das causas do desajuste social destes dias.

A educação aludida neste trabalho, não é a educação tradicional, que visa exclusivamente a alfabetização, mas aquela que oferece ao homem a consciência de suas atitudes, a qualificação profissional, a idéia de seu valor, a convicção de sua independência e a necessidade de compreender, manter e desenvolver o espírito de solidariedade.

O homem existe em função do grupo social a que se filia, porque a interdependência econômica elimina o indivíduo, criando a obrigatoriedade das relações de grupo para grupo que se identifica pela região, pela profissão, pelos interesses e problemas comuns.

Até agora pouco se fez no Brasil nesse sentido e apenas há três anos é que, impulsionado pelo despertar de jovens idealistas, se veio descobrir a vasta lacuna a preencher em todo o território nacional.

Surgiu, então, a Campanha Nacional de Educação Rural, que, orientada, inicialmente, pelo sociólogo patricio José Artur Rios, e, em seguida, pelo professor Oscar Machado da Silva, saiu do asfalto, atravessou as cidades e foi atuar em pleno coração do Brasil: no meio rural.

A mocidade brasileira decretou a falência da escola tradicional, fábrica de cidadãos inconscientes, tímidos e despersonalizados, porque a população do interior merece mais que

“o filosofar do Estado democrático com o cidadão, inquietando-se com suas opiniões e nunca com seus interesses”. (1)

Assim, têm aparecido elementos que acreditam em um Brasil organizado e forte economicamente, batalhando no sentido de transformar o ensino literário em ensino profissional, a fim de que o cidadão se eduque e aprenda a trabalhar ao mesmo tempo. E' que a conjugação desses dois fatores — educação e trabalho — assegura ao indivíduo os seguintes conhecimentos:

- a) de sua vocação;
- b) das profissões regionais;
- c) das técnicas do trabalho, possibilitando-lhe comparar o rendimento da técnica com o da rotina;
- d) do valor da cooperação no rendimento do trabalho;
- e) do valor da atividade em comum, em face da realidade social de que o valor do homem está em função do grupo a que pertence.

(1) Plans — PHILIPPE LAMOUR — pág. 33.

Dessa forma, reconhece-se que o ensino tem uma função social quando aliada ao trabalho. Esse reconhecimento é tão mais lógico e mais tempestivo, quando se encara a realidade brasileira, adormecida nas zonas rurais, onde só se conhece o homem, abandonado à sua própria sorte, e o meio com as deficiências de:

- a) saúde e higiene;
- b) ensino;
- c) técnica de trabalho e o rendimento dêste;
- d) transporte;
- e) crédito;
- f) mercado para colocação dos produtos;
- g) habitação.

São essas necessidades que afligem as populações camponesas e cujo desaparecimento depende, primeiramente, de sua compreensão pelos comunitários para despertar-lhes o interesse e o espírito de solidariedade, sem o que, nada se conseguirá.

Para tal fim, utiliza-se a educação de base ou fundamental que atua junto ao povo através de motivações inerentes aos interesses coletivos.

O Brasil inicia nos dias atuais a solução desse magno problema, que outros povos já atacaram, quando:

“o Brasil, que poderia ter liderado, na América, um poderoso movimento de reforma de estruturas, aparece hoje debatendo problemas já por tôda parte, inclusive na Índia e na China, superados. Nada mais admirável do que a pertinácia com que as elites políticas brasileiras têm adiado, sob os mais especiosos motivos, essa reforma social, subordinando o bem comum do país a seus interesses de classe. Essa oposição, essa resistência surda, embora consciente, tem sido o grande fator de retardamento na solução do problema agrário brasileiro”. (2)

Eis uma verdade que ainda agora se verifica em relação ao problema da educação rural, após recente mudança de Governo no país.

O atual Ministro da Educação e Cultura entregou o setor da educação rural ao cidadão paulista Carlos Pasquale que, em contraste com as atitudes iniciais tomadas, parece disposto a comprometer a eficiência da Campanha Nacional de Educação Rural. Trouxeram ambos idéias novas que acarretarão a reforma de um sistema que está experimentando, há apenas três anos, o processo de educação de base ou fundamental junto ao povo, para a recuperação e o desenvolvimento das grandes e pequenas comunidades rurais.

Tal reforma jamais poderá ser para melhor porque, se as técnicas e os meios de atuação imaginados por doutos no assunto, com o conhecimento prévio do homem e do meio, estão errados, calcule-se o que não sairá da teoria dêsse ilustre professor, habituado aos problemas educacionais das elites na Capital do Estado de São Paulo, e que, em consequência, desconhece o homem e o meio rural brasileiro.

Em todo o caso, o Brasil espera que êsse educador medite sobre o seguinte trecho, antes de fazer qualquer adaptação:

“Para os problemas da economia rural, adotamos os mesmos institutos, escolas, campos de demonstrações, sindicatos, exposições, que se encontram em outros países”. (3)

Não é para acreditar-se nas esperanças de aperfeiçoamento do serviço, esposadas pelo professor Pasquale que, para demonstrar o desejo de acertar bem, antes de qualquer reforma, deveria conhecer de perto as condições de vida de uma população inteira, habitando regiões diametralmente opostas e suportando necessidades as mais variadas. A educação de base ou fundamental adota técnicas especiais na recuperação do homem, exatamente porque os interesses, os problemas, as condições de vida, as tendências e aspirações do povo, variam de região para região, de zona para zona e de grupo para grupo.

O Brasil não precisa de dialética, porém, de diretrizes, bem brasileiras, para a atividade humana com o intuito de

“Fornecer ao comércio e à indústria, à agricultura e às administrações públicas e privadas homens qualificados. E consideramos como tais, homens que, graças às suas aptidões físicas, morais, intelectuais, sociais, fisiológicas, artísticas, poderão ocupar funções correspondentes a seu gosto, suas tendências, suas necessidades econômicas presentes e futuras.” (4)

Essa conquista, que está em função do tempo, o Brasil fará, embora lutando contra o espírito conservador que ainda o trai.

II — A OPERAÇÃO-MUNICÍPIO E A EDUCAÇÃO RURAL

Em trabalho anterior, escrito sobre a educação de base ou fundamental, foi apontado o único direito até agora deferido às laboriosas populações rurais do Brasil: o direito de viverem na miséria e morrerem no abandono.

Defendeu-se, por outro lado, a necessidade de lhes proporcionar um outro direito; o de poderem integrar-se na grande comunidade brasileira.

Neste estudo procurou-se mostrar que a recuperação e o desenvolvimento das grandes e pequenas comunidades rurais do Brasil, se subordinam a dois fatores: educação e trabalho. Focalizou-se o órgão que, no momento, cuida dêsse grave problema rural, para duvidar-se dos resultados futuros dêsse serviço, iniciado com êxito há três anos, caso se verifique a mudança dos métodos e das técnicas ainda em fase experimental.

Nesse curto período de existência, a Campanha Nacional de Educação Rural tem o terceiro administrador. Os dois primeiros, conhecedores do problema, o atacaram sem divergências; o atual, porém, neófito em administração pública e alheio às realidades rurais, as quais não podem ser idênticas às observadas na Capital do Estado de São

(3) *O Problema Nacional Brasileiro* — ALBERTO TORRES — pág. 91.

(4) *L'Orientation Professionnelle* — JULIEN FONTÈGNE — pág. 10.

(2) *Rumo da Reforma Agrária* — Separata dos “Arquivos de Direito Social” — pág. 5 — JOSÉ ARTUR RIOS.

Paulo, parece possuir idéias novas, que poderão causar a desorganização de um dos mais úteis trabalhos inaugurados em favor do homem do campo, "êsse desconhecido".

Diante dessa instabilidade, que ameaça afetar a um trabalho sério e proveitoso para as regiões subdesenvolvidas do país, inclusive e principalmente do norte e do nordeste, urge encaminhar-se o problema vital dessa coletividade para a órbita da "Operação-Município", cuja elevada finalidade é:

"forçar investimentos na direção do interior, especialmente no setor rural e naqueles que com êste se relacionam". (5)

E' chegado o momento de os municípios concretizarem sua independência pela solução de um sem número de problemas, entre os quais o mais importante está o da educação, pois, sem esta, a solução de todos os outros será dificultada pela falta de compreensão, quer do problema em si, quer das medidas a adotar e finalmente dos resultados a obter.

Os municípios brasileiros, células mater da Pátria, na tirada demagógica dos que só pensam em si, desejam com a "Operação-Município", apenas, que a União lhes devolva uma parcela, em obras e serviços, daquilo que lhes é retirado sob a forma de impostos. Esperar pela rediscriminação das rendas, através da reforma constitucional, é protelar o início de empreendimentos que os homens da Capital vêem como verdadeiros fantasmas.

A vantagem suprema das recomendações do III Congresso Nacional de Municípios está na descentralização administrativa e executiva das tarefas para o seu próprio meio, a fim de demonstrar-se que o capiau é mais capaz, mais reto e mais diligente do que os intelectuais, os diletantes e os teóricos dos grandes centros, destituídos de critério econômico e social.

O Brasil moço, assim pensando, quer que se dê ao Município o que lhe pertence e deixa a importância dos cargos políticos para os que praticam o sagrado direito de fazerem constantes afirmações e desmentidos porque, como é óbvio, não sabem para onde vai o Brasil velho de sua mentalidade e que contrasta com o atual.

Nessa forma realista, impregnada de Brasil, arquetizada por técnicos que sabem raciocinar e investigar para criar, se traduz a angústia de inteligências férteis, de espíritos sãos, que vivem atormentados com o desprezo com que as elites encaram os problemas sociais, econômicos e educacionais do país.

A adoção dêsse esquema, trará às zonas rurais a segurança de que as reformas ministeriais não alterarão o ritmo dos trabalhos previstos, porque as obras e os serviços serão executados, sem o caráter de dádiva, através de instrumentos hábeis, pelos próprios municípios ou em convênio com associações civis ou religiosas ou outras entidades, localizadas na área municipal.

Convertido em lei o projeto de autoria do Deputado Jarbas Maranhão, ora em estudos no Parlamento Nacional, estará assegurada a educação profissional do rurícola, através de processos e técnicas especiais, já experimentados e comprovados praticamente, e possibilitado o equacionamento, para a devida solução, dos demais problemas que tornam o homem do interior cada dia mais miserável e mais submisso.

A execução do plano de obras e serviços municipais, nos moldes preconizados pelo projeto Jarbas Maranhão, implicará, entre outras virtudes, nas seguintes:

- a) na educação das populações rurais, com a conseqüente mudança do sistema cultural dominante;
- b) no aumento da produção agropecuária porque, com a educação profissional, aprende o rurícola os processos da técnica e do melhor aproveitamento da terra;
- c) no conhecimento e utilização dos recursos materiais que o cercam, com o auxílio da técnica e da economia, em proveito das atividades agropecuárias, uma vez que as torna menos onerosas, evitam o esgotamento do solo e o extermínio dos característicos raciais dos rebanhos;
- d) no conhecimento e prática de medidas que preservam a vida do homem contra as doenças e parasitas, aumentando-lhes a capacidade e o rendimento do trabalho;
- e) no desaparecimento de milhares de dotações orçamentárias destinadas a obras municipais, as quais nada representam, porque não obedecem a um plano, nem à prioridade quanto à sua utilidade e muito menos ao critério de igualdade de direitos dos municípios;
- f) na descentralização administrativa e executiva dos empreendimentos, fugindo à centralização atual, praticada pelo Governo Federal, a qual constitui sério entrave à realização de serviços no interior, além de torná-los anti-econômicos;
- g) em contróle mais eficiente, tanto dos trabalhos, como do emprêgo dos recursos;
- h) na adoção de critério justo na distribuição de recursos, tendo em vista as regiões subdesenvolvidas do país;
- i) na unidade de planejamento, de orientação, de execução e de fiscalização ou contróle das obras e dos serviços.

(5) LUCIANO F. MESQUITA — "Revista do Serviço Público" — Julho 1954 — pág. 87.